

CONSTITUINTE

Lacerda e a
defesa da liberdade
editorial

9 MAI 1987

JORNAL DA TARDE

O presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, Sérgio Lacerda (foto), fez pronunciamento ontem na Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte da Constituinte, solicitando aos parlamentares que assegurem o dispositivo da atual Constituição que concede imunidade



fiscal e tributária à importação de papel. "Os constituintes de 1946 reconheceram esta legislação como essencial à liberdade de expressão e à liberdade editorial, e é isto que a indústria editorial brasileira espera ver assegurado na nova Constituição", acrescentou Sérgio Lacerda.

O presidente do sindicato lembrou ainda que a liberdade de importação de papel também deve ser assegurada, mas de uma forma mais eficiente. Segundo Sérgio Lacerda, o governo não pode dar à importação de insumos para a indústria editorial o mesmo tratamento dado à importação dos outros produtos. "A indústria editorial já solicitou à Cacex (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) guia de importação de mais de 300 mil toneladas de papel, para este ano, e até agora não recebemos nenhuma autorização", afirmou o editor.

Sérgio Lacerda fez questão de mencionar que, "em todo este período de liberdade de importação e imunidade tributária, a indústria nacional de papel jamais foi prejudicada, tendo toda a sua produção adquirida pelos consumidores". Ele lembrou que, no ano passado, o

Brasil produziu 4,5 milhões de toneladas de papel, mas, apesar da grande expansão ocorrida na indústria nacional, a produção não é suficiente, em determinados tipos de papel, para atender ao consumo, e daí a necessidade de importação. Sérgio Lacerda acrescenta: "Da mesma maneira que a liberdade de pensamento foi o motivo básico para a instituição da imunidade tributária, também se entende a liberdade de importação como implícita no mesmo conceito".

O presidente do Sindicato da Indústria Editorial advertiu ainda, durante seu pronunciamento, que a indústria nacional de papel está estagnada — na produção de papel para imprimir livros, jornais e revistas — e que não existe nenhum projeto concreto de expansão até o final desta década.

Segundo ele, o quadro atual leva a crer que a necessidade de importação nos próximos anos será crescente.

Lembrando que a indústria editorial só pode prosperar com liberdade "e a liberdade editorial é a condição de nossa existência", Sérgio Lacerda afirmou que "qualquer medida que venha a restringir ou condicionar esta proteção constitucional significaria a democracia relativa, a liberdade relativa e o caminho aberto ao atentado à liberdade dos autores, dos editores e dos leitores".